

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 8 a 12 de junho, em Brasília.

## FAKE NEWS E CORONAVIRUS.

**A atenção à evolução das investigações das fake news e o desgaste da relação do Poder Executivo Federal com os demais poderes seguem no foco da semana.** Na terça (09), o TSE analisa pedidos de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão com base em suspeita de ataques hackers a teria beneficiado nas eleições de 2018. Essas ações são consideradas de menor impacto dentro do processo e tem tendência de arquivamento, contudo, a expectativa é de que outras ações de cassação relacionadas ao possível uso de fake news sejam votadas na Corte até o final do ano. Já na quarta (10), o STF decide se dá prosseguimento ao inquérito que apura a disseminação de notícias falsas e ataques a membros da Corte. No Congresso Nacional, segue a pressão para aprovação de um projeto de lei para o combate às fake news no Plenário do Senado ainda nesta semana.

**A postura do governo federal quanto ao enfrentamento da crise do coronavírus segue causando críticas.** A alteração na forma de divulgação dos números sobre a pandemia no País – ao final do dia, com dados das últimas 24h – segue alvo de críticas. Sobre o caso, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou que “*Brincar com a morte é perverso. Ao alterar os números, o*

*Ministério da Saúde tapa o sol com a peneira*”. O ministro Gilmar Mendes (STF), disse que “*A manipulação de estatísticas é manobra de regimes totalitários*”. Já governos estaduais decidiram lançar divulgação paralela na internet seguindo o formato anterior de apresentação dos dados.

**O veto presidencial à destinação de recursos aos entes federados para o combate à pandemia pode se tornar outro ponto de tensão com o Congresso Nacional.** Os parlamentares receberam com surpresa e crítica o veto presidencial ao uso do saldo remanescente do Fundo de Reservas Monetárias, de cerca de R\$ 8,6 bilhões.

**Em paralelo, o Palácio do Planalto segue atuando para consolidar uma base de apoio no Congresso Nacional com foco nos partidos do Centrão.** O líder do governo do Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE) afirmou em entrevista concedida ao jornal “O Globo” acreditar que “*o governo finalmente terá uma base que estimo ser maior que 260 votos na Câmara e 50 no Senado*”.

**O final de semana contou ainda com novos atos contra o governo.** Manifestações foram realizadas em pelo menos 20 capitais e, desta vez, com menor destaque para depredação, violência ou enfrentamento policial.

## Destaques da Semana

Terça

- [Tribunal Superior Eleitoral](#) aprecia ações que pedem a cassação da chapa presidencial por abuso de poder.

Quarta

- [O plenário do STF julgará](#) o pedido do procurador geral da república, pela suspensão do inquérito que investiga a disseminação de notícias falsas e ameaças contra autoridades.

## Poder Executivo

Presidência da República

**Agenda do Presidente – Jair Bolsonaro** se reuniu, nesta segunda (8), com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, com o ministro do Meio

Ambiente, Ricardo Salles, com o ministro da Economia, Paulo Guedes e com o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes. Além disso, o presidente participou da posse do Secretário Nacional de Justiça do MJSP, Claudio de Castro Panoeiro.

**Agenda do Vice-Presidente – Hamilton Mourão** partiu, nesta segunda, para Marabá (PA), onde se reuniu com o governador do Pará, Helder Barbalho, e apresentou a Operação Verde Brasil 2.

Casa Civil **Agenda do Ministro-Chefe – Braga Netto** se reuniu, nesta segunda, com o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos e com o ministro do TCU, Bruno Dantas. Braga Netto ainda participou da posse do Secretário Nacional de Justiça do MJSP, Claudio de Castro Panoeiro e de reunião do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.

**ME**  
Ministério da Economia

**Agenda do Ministro – Paulo Guedes** se reuniu, nesta segunda, com o presidente da República, Jair Bolsonaro, com o ministro da infraestrutura, Tarcísio de Freitas e com os secretários especiais do Ministério.

**Balança Comercial** – Para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2020 subiu de US\$ 45,50 bilhões para US\$ 47,75 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado avançou de US\$ 45 bilhões para US\$ 47,35 bilhões de superávit. A previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em 2020, caiu de US\$ 64 bilhões para US\$ 60 bilhões. Para 2021, a estimativa dos analistas ficou estável em US\$ 75 bilhões.

BACEN  
Banco Central do Brasil **Agenda do presidente – Roberto Campos Neto** participou de reunião com investidores, organizada pela Goldman Sachs.

**Boletim Focus** – Economistas do mercado financeiro reduziram pela décima sétima vez seguida a previsão para o Produto Interno Bruto (PIB) neste ano e também baixaram a expectativa de inflação em 2020. Para o PIB de 2020, a projeção passou de 6,25% para 6,48%. A nova redução da expectativa para o nível de atividade foi feita em meio à pandemia do novo coronavírus, que tem derrubado a economia mundial e colocado o mundo no caminho de uma recessão. Os analistas também reduziram, de 1,55% para 1,53%, a estimativa de inflação para 2020. Foi a 13ª redução seguida do indicador. A expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central, de 4%, e também do piso do sistema de metas, que é de 2,5% neste ano. A taxa Selic está atualmente em 3% ao ano. A previsão dos analistas para a taxa Selic, no fim de 2020, ficou estável em 2,25% ao ano. Para o fim de 2021, a expectativa do mercado subiu de 3,38% para 3,50% ao ano. Isso quer dizer que os analistas seguem estimando alta dos juros no ano que vem. A projeção para a taxa de câmbio no fim de 2020 ficou estável em R\$ 5,40. Para o fechamento de 2021, permaneceu em R\$ 5,08 por dólar.

BNDES  
Banco Nacional do Desenvolvimento **Agenda do presidente – Gustavo Montezano** se reuniu com representantes do ministério da Economia, com representantes o Ministério da Infraestrutura, com representantes da Mitsui e com representantes da Universidade de

Stanford. Além disso, Montezano participou da live “BNDES contra o coronavírus: terceira rodada de medidas emergenciais”.

## Poder Legislativo

### Câmara dos Deputados

Plenário

Na Câmara há previsão de que sejam apreciadas as alterações do Senado ao [PL 675/20](#), que suspende a inclusão de novos inscritos em cadastros negativos como Serasa e SPC durante a pandemia de Covid-19.

Além disso, constam na pauta quatro medidas provisórias, com destaque para a [927/20](#), que altera regras trabalhistas em decorrência da Covid-19, e para a [944/20](#), que prevê a abertura de linhas de crédito para empresas financiarem as folhas de pagamento de seus funcionários seja votada. A votação da medida é mais uma tentativa de reduzir a taxa de desemprego em virtude da pandemia do coronavírus.

Nesse mesmo sentido, também há expectativa de que o Plenário aprecie a MP [932/20](#), que altera a alíquota de algumas contribuições sociais recolhidas por autônomos.

### Senado Federal

Plenário

Já no Senado federal, destaca-se a possibilidade de votação do PL [1985/19](#), que torna obrigatória a presença, em tempo integral, de no mínimo um profissional de fisioterapia para cada dez leitos oferecidos em centros de terapia intensiva (CTIs) e do PL [2294/20](#), que autoriza a fabricação e a comercialização de equipamentos ventiladores pulmonares e equipamentos de suporte respiratório emergencial durante o período de pandemia da Covid-19.

## Temáticas em Pauta nas Comissões

### ECONOMIA

COVID-19

Comissão Mista COVID-19 | Congresso | Segunda (8)

**Audiência Pública** – debater com o Presidente do Banco do Brasil, Rubem de Freitas Novaes, as **ações relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao combate ao coronavírus**.

Atividades Comerciais e Serviços

Comissão Externa de ações contra o Coronavírus | Câmara | Terça (9)

**Reunião Técnica** – debater os **planos de retomada das atividades comerciais e serviços** no país com os seguintes convidados:

- Eduardo Leite, governador do Estado do Rio Grande do Sul;
- Marco Vinholi, secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de São Paulo;
- José Roberto Tadros, presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC;
- Antonio Florencio de Queiroz Junior, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro, FECOMERCIO-RJ;

- Paulo Antonio Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP; e
- Professor Pedro Tourinho de Siqueira, médico sanitário e professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

## Política

**Defesa de Bolsonaro pede que TSE rejeite inclusão de investigações de inquérito das fake news em processos.** A defesa do presidente Jair Bolsonaro defendeu que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeite a inclusão de investigações do inquérito das fake news em processos em tramitação na corte eleitoral que tentam cassar a chapa presidencial vitoriosa nas eleições de 2018. Na terça-feira, o plenário do TSE vai julgar duas de oito ações que questionam a eleição de Bolsonaro e do vice Hamilton Mourão. O tribunal vai analisar ações referentes a supostos ataques cibernéticos em grupo de Facebook para beneficiá-los, informou a assessoria de imprensa do órgão. O corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Og Fernandes, havia dado prazo para a chapa se manifestar sobre o pedido feito pelo PT de inclusão de elementos do inquérito das fake news, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) e que na semana passada realizou uma operação tendo como alvos aliados do presidente. Fonte: Reuters

**Fazenda Nacional estuda abrir nova transação de débitos.** A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) trabalha em uma nova portaria para permitir a negociação entre o órgão e devedores inscritos na dívida ativa. A ideia é que a norma seja publicada ainda neste mês para que contribuintes - empresas, pessoas físicas, Estados e municípios - já possam aderir a partir de julho. Será a segunda para o período de pandemia. A diferença é que agora será oferecido desconto sobre multas e juros e parcelamento mais amplo. O primeiro parcelamento para a pandemia foi criado em abril e cerca de 17 mil contribuintes participaram da transação extraordinária. A PGFN tem R\$ 7 bilhões a receber com os acordos feitos. A ideia é manter a mesma entrada, de 1% do valor total, percentual que pode ser parcelado em até 12 meses, além de desconto de até 100% de multas e juros. No entanto, só poderão participar setores ou entes que tenham sido afetados pela crise, o que poderá ser observado pela comparação entre o fluxo de caixa de 2020 e 2019. Devedores com débitos considerados irrecoveráveis também podem aderir. Fonte: Valor Econômico

**Aproximação de Bolsonaro com Centrão tem facilitado projetos, diz Guarany.** O secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany, afirmou na sexta-feira que a aproximação do governo de Jair Bolsonaro com os partidos do Centrão já tem facilitado o trâmite de algumas matérias no Congresso. Por esse motivo, Guarany está otimista que, passada a pandemia de covid-19, o governo conseguirá resgatar a agenda de reformas. "Nós já temos percebido como isso tem facilitado o trâmite no Congresso de determinadas coisas. Agora, obviamente, isso será testado", afirmou o secretário-executivo em teleconferência Visão de Líderes do Itaú BBA. Fonte: Valor Econômico

**Com Congresso focado na pandemia, agenda legislativa de Guedes segue congelada.** Com os esforços do Congresso voltados para votações relacionadas ao Covid-19, a agenda econômica do ministro da Economia, Paulo Guedes, está com o andamento interrompido desde março, período que marcou o início das medidas de paralisações anunciadas por governadores e prefeitos no país em decorrência da propagação do vírus. A equipe do ministério da Economia diz que o foco é retomar, tão logo possível, o trilho do ajuste fiscal, com a tramitação de projetos que compunham originalmente a agenda de governo do presidente Jair Bolsonaro. Guedes e seus secretários têm reiterado que, passada a fase mais aguda da crise, estão entre as prioridades as reformas tributária e administrativa, marcos regulatórios e a autonomia do Banco Central, entre outros projetos. Fonte: Reuters

**Com atividades remotas no Congresso, prazos da LDO estão suspensos.** O cronograma de tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 está em compasso de espera. Inicialmente, o prazo para apresentação de emendas ao projeto terminaria nesta segunda-feira (8), mas, com as ações no Congresso Nacional limitadas pela pandemia da covid-19, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) sequer foi instalada. Com isso, um novo prazo para emendas só poderá ser firmado após a instalação da CMO. Fonte: Agência Brasil

**Congresso vai se reunir para discutir vetos presidenciais na semana que vem.** O presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), decidiu marcar para a próxima semana uma sessão deliberativa para análise dos vetos presidenciais. A data ainda não consta na agenda do site do Congresso, mas o dia escolhido é 16 de junho, próxima terça-feira. O agendamento foi acordado com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que vinha sendo pressionado por deputados para que os vetos fossem levados à apreciação. O motivo é que os parlamentares querem derrubar o veto do presidente Jair Bolsonaro sobre um projeto que destinava cerca de R\$ 9 bilhões para o combate ao coronavírus nos estados e municípios. A lei foi resultado da medida provisória (MP) 909, que extinguiu o Fundo de Reserva Monetária do Banco Central. O governo pretende usar o dinheiro para abater a dívida pública. Fonte: Valor Econômico

**Senadores propõem CPI e acionam STF por divulgação de dados sobre covid-19.** A divergência de dados e o atraso na divulgação dos números sobre a covid-19 no país por parte do governo federal causaram a reação de senadores oposicionistas. Pelas redes sociais, no domingo (7) e na segunda-feira (8), eles reclamaram da falta de transparência e de uma possível manipulação de informações. O Cidadania anunciou que vai apresentar pedido de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a atuação do Ministério da Saúde. Enquanto isso, o líder da oposição, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), no Senado informou que já tomou medidas judiciais para a divulgação completa dos balanços de infectados e mortos. Fonte: Agência Senado

## Último Foco

**BNDES cria programa de apoio à pequena e média empresa.** O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criou o Programa BNDES Crédito Cadeias Produtivas, para atender a necessidade de capital de giro de pequenas e médias empresas (PMES) no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (covid-19). O Programa Crédito Cadeias Produtivas tem orçamento de R\$ 2 bilhões e vai apoiar as PMEs por meio das chamadas empresas-âncora, que serão as beneficiárias diretas dos empréstimos. Caberá às empresas-âncora repassar o dinheiro para a sua cadeia de fornecedores, distribuidores ou franqueados. “Estas PMEs ancoradas poderão usar esse capital de forma livre para se manter durante a crise”, disse o BNDES. Fonte: Agência Brasil

**Senado deve votar projeto das fake news na semana que se inicia.** Na semana que se inicia os senadores devem votar o projeto contra fake news. Antes, porém, a proposta deve ser suavizada. Na terça-feira (2) a votação da proposta foi adiada. O relatório –versão do projeto inicial depois de sugestões dos congressistas– que estava sendo gestado repercutiu mal entre senadores. Estipulava, por exemplo, até 5 anos de prisão para financiadores de crimes contra a honra e discursos de ódio na internet. A votação da proposta ainda não está na agenda oficial do Senado. Fonte: Poder 360

**Renovação de espectro no novo modelo não será automática, diz MCTIC.** A regulamentação da Lei nº 13.879/2019, o novo modelo de telecomunicações, foi novamente prometida para breve pelo governo. Durante live promovida pelo TELETIME na sexta-feira, 5, o secretário-executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Júlio Semeghini, afirmou que a pasta está finalizando os ajustes na minuta do decreto que será encaminhado à Casa Civil em uma ou duas semanas. Esse último a ponto a ser resolvido é justamente o da renovação de espectro, que deverá deixar de ser automática como previa o texto original, mas com a possibilidade de ser aplicada às outorgas existentes. Fonte: Teletime

**Ao BNDES, MCTIC pede política de crédito para pequenas de telecom e radiodifusão.** Em evento online realizado na sexta-feira, 5, com representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as secretarias de telecomunicações e radiodifusão do MCTIC solicitaram uma política de crédito para as pequenas e médias empresas dos dois segmentos, sobretudo durante a pandemia do novo coronavírus (covid-19). Segundo o banco, novidades relacionadas ao Fundo Garantidor de Investimentos (FGI) devem ser anunciadas na próxima semana, conforme antecipou este noticiário. Durante o evento, o secretário de telecomunicações do MCTIC, Vitor Menezes voltou a defender uma “política de financiamento consistente e adequada” para o segmento das pequenas provedoras de Internet (ISPs). “Hoje, a maioria

dessas empresas investe o lucro, normalmente até 100% dele, porque tem dificuldade de acessar capital de terceiros. Essa é uma barreira que precisa ser superada", afirmou. Fonte: Teletime

**Destinação do Fust para Internet poderia ter solução infralegal, afirma diretor da Oi.** O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) entende que o foco para a realocação dos recursos do Fundo de Universalização de Telecomunicações (Fust) deveria ser dividido entre acesso e infraestrutura, e que isso seria possível por meio do PL 172/2020, atualmente no Senado. Na visão do diretor de regulamentação e assuntos institucionais da Oi, Carlos Eduardo Medeiros, contudo, há a diferença entre o que é importante e o que é urgente por conta do coronavírus (Covid-19). "Nosso interesse é prover durante a pandemia o acesso à camada da população mais vulnerável pelo caráter emergencial e a essencialidade dos serviços", declarou ele durante live promovida pelo TELETIME na sexta, 5. Para tanto, sugere uma solução "infralegal" para tal aplicação. Fonte: Teletime

**Justiça mantém uso de celulares para monitoramento da Covid-19 em São Paulo.** A adoção de medidas restritivas e de isolamento social pelo Poder Público, visando ao enfrentamento da epidemia da Covid-19, resguarda os direitos fundamentais à vida e à saúde e encontra amparo em recomendações e orientações técnicas de órgãos científicos, dentre os quais o Ministério da Saúde e a OMS. Com esse entendimento, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo negou mandado de segurança impetrado contra o acordo de cooperação estabelecido entre o governo estadual e operadoras de telefonia para monitoramento dos celulares dos paulistas durante a quarentena. O acordo permite que o governo receba informações sobre o deslocamento dos cidadãos e, assim, identifique locais onde há aglomerações de pessoas. Fonte: Convergência Digital

**TIM inicia piloto de IoT e IA para monitoramento de granjas da JBS.** A TIM fechou uma parceria com a F&S Consulting, empresa brasileira dedicada à inovação para a indústria de alimentos, para oferecer uma solução integrada de conectividade e inteligência artificial a seus clientes de agronegócio. O sistema, batizado de "Granja 4.0", já está sendo realizado em fase piloto em parceria com a JBS, em Santa Catarina. O monitoramento remoto viabilizado pela tecnologia impacta também na redução da movimentação de pessoas nas granjas, essencial em tempos de Covid-19, fortalecendo ações de biossegurança. Com o objetivo de otimizar a produtividade das propriedades, a solução monitora o bem-estar dos animais dentro das granjas, fornecendo através de sensores IoT informações em tempo real de indicadores como temperatura e umidade do ambiente, qualidade do ar, peso e até o comportamento dos animais. Fonte: Convergência Digital

**Governo estima R\$ 3,5 milhões por ano para banda larga de 432 kbps nos aviões presidenciais.** Enquanto aviões comerciais oferecem conexões em banda larga à bordo que podem chegar a 50 Mbps, o governo federal republicou edital para contratar acesso via satélite para os dois aviões presidenciais brasileiros, capazes de operar velocidades de até 432 kbps. Segundo aviso publicado na segunda, 8/6, o pregão 19/2020 da Presidência da República terá fases de lances em 19/6 próximo. A estimativa é de que para atender os dois aviões, Embraer-190PR e Airbus A319CJ, usados pelo presidente, o contrato fique próximo de R\$ 3,5 milhões por ano. Equipados ainda com dispositivos associados ao serviço pela rede de satélites Inmarsat 4, os aviões presidenciais do Brasil não são capazes de receber as conexões sequer em banda Ku, muito menos as mais modernas em banda Ka, capazes de entregar algumas dezenas de Mbps. Fonte: Convergência Digital

**Economia investe R\$ 25 milhões em internet da Telebras.** O Ministério da Economia divulgou nesta sexta, 5/6, ter dispensado licitação e contratado a Telebras como fornecedor de internet para conectar todas as unidades da pasta espalhadas pelo país. Formalmente, a compra de serviços de telecomunicações, por meio de uma rede IP multisserviços, utilizando MPLS, com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem entre as unidades do Ministério da Economia em todo o território. A pasta justificou a contratação pela necessidade da continuidade da prestação dos serviços de infraestrutura de tecnologia da informação do Ministério. O contrato é de R\$ 25,04 milhões. Fonte: Convergência Digital

**Empresas de Internet da América Latina debatem o impacto da Covid-19.** As empresas provedoras de internet na América Latina viram o tráfego de dados aumentar significativamente durante a pandemia da Covid-19, que está em sua fase mais aguda em diversos países da região. Em um debate online promovido pela Federação das Associações Latino Americana e do Caribe de ISPs (LAC-ISP), na sexta-feira, 05/06, representantes de entidades do Peru, Argentina, México, Brasil, Chile, Equador, Colômbia e Paraguai

discutiram questões relacionadas a empresas do setor, como inadimplência, diversificação de portfólio e ações dos governos locais para incentivos financeiros. O painel foi moderado pelo presidente da LAC-ISP, Basílio Perez, associado da Abranet e da Abrint. Fonte: Abranet

**Brasil registra crescimento em gasto de TI, mas variação cambial impacta.** Em sua terceira apresentação mensal sobre o impacto da Covid-19 na indústria de TIC na América Latina, Luciano Ramos, gerente de pesquisa e consultoria para os mercados corporativos na IDC, apontou que, no Brasil, houve um crescimento mais positivo em relação à apresentação do mês anterior no que se refere aos gastos com tecnologia da informação neste ano. Segundo Ramos, isso se deve a resultado positivo no primeiro trimestre de 2020. “O Q1 foi a calma antes da tempestade. O Brasil vinha tracionando com um bom fechamento em 2019 e um exemplo disto é a remessa de PCs que cresceram 4% ano contra ano na região e no Brasil chegou a atingir 16%, pensando na antecipação de abastecimento, câmbio, impostos. Muitas empresas de tecnologia apontaram aumentam importante de receitas no primeiro trimestre”, explicou. Fonte: Abranet

**Câmara corrigirá MP de crédito para empresas, diz Maia.** O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse que a Casa irá “analisar e corrigir os erros” da Medida Provisória 975, enviada pelo governo para fomentar a concessão de crédito para médias empresas. De acordo com Maia, o texto tem “erros parecidos” com o de outra medida provisória (MP 944), que estabeleceu um programa para financiar a folha de pagamentos com 85% de recursos do Tesouro Nacional, mas que teve baixa concessão. Dos R\$ 40 bilhões inicialmente previstos, foram liberados até agora apenas cerca R\$ 2 bilhões. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Câmara vota corte de recursos para o Sistema S.** A Câmara tentará votar nesta semana projetos e medidas provisórias remanescentes da semana passada. Os deputados devem analisar a MP 927/2020, que permite atraso no recolhimento de FGTS durante a pandemia. Também consta da pauta a MP 944/2020, que libera crédito para ajudar pequenos empresários no pagamento de funcionários. Outra MP pronta para votação é a 932/2020, que diminui repasses ao sistema S. Há outros itens em pauta, que poderão ter prioridade ou serem preteridos pelos líderes partidários. Entre eles, o Projeto de Lei 675/20, que suspende a inclusão de novos inscritos em cadastros negativos como Serasa e SPC durante a pandemia de covid-19. A proposta foi aprovada pelos deputados no último dia 9 de abril e será novamente analisada porque foram feitas alterações no Senado. Fonte: Congresso em Foco